

## **IAF – CONSELHO DE REPRESENTANTES**

Salvador, 13 de agosto de 2020.

Ilmº Sr.

Presidente do IAF,

**MARCOS CARNEIRO**

NESTA

Prezado Presidente,

Em Reunião Extraordinária convocada em função das graves consequências do estado de calamidade pública reconhecida no Decreto nº 19.549/2020, publicada em face da COVID-19, com reflexos na economia e na arrecadação tributária do Estado da Bahia, os membros do Conselho de Representantes presentes no evento decidiram por unanimidade encaminhar à Diretoria do IAF Sindical a seguinte indicação:

Diante da situação de calamidade pública instalada no país, em particular na Bahia, com graves consequências na economia e, em decorrência, na arrecadação tributária estadual, e considerando que as tarefas de fiscalização e arrecadação foram consideradas atividades essenciais à atuação do Estado, conforme disposto no artigo 3º, do referido Decreto 19.549/2020, abaixo transcrito, o Conselho de Representantes, em nome dos seus representados, apoia o posicionamento da Diretoria do IAF, que empreende todos os esforços no sentido de buscar, junto a administração da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, o imediato equacionamento da questão relacionada ao pagamento das rubricas PDF e da GF, com vistas a adequar as METAS DE ARRECADAÇÃO à nova realidade econômica e respectivas projeções, haja vista as atuais circunstâncias de CALAMIDADE PÚBLICA, e enquanto perdurarem suas consequências:

*“Art. 3º Para fins do art. 1º deste Decreto, no âmbito do Poder Executivo Estadual, consideram-se serviços públicos essenciais as atividades relacionadas à segurança pública, saúde, proteção e defesa civil, fiscalização e arrecadação...”*

Esse é o anseio de toda a categoria dos Auditores Fiscais do Estado da Bahia, aqui representados, por entenderem justo o pleito, inclusive porque conta com respaldo legal, consoante previsto na legislação que rege a matéria, qual seja, a Lei 7.800/2001, regulamentada pelo Decreto nº 7.907/2001, cujo artigo 5º determina o seguinte:

*“Art. 5º - O Secretário da Fazenda deverá estabelecer as metas a serem atingidas e ajustá-las sempre que fatores supervenientes justificarem este procedimento, ouvido um comitê integrado pelo Subsecretário, pelos Superintendentes de Administração Tributária e de Administração Financeira, pelo Diretor de Planejamento da Fiscalização e pelo Coordenador I do Gabinete do Secretário responsável pela proposição das metas de arrecadação”.*

Na confiança de que lograremos êxito se formos conduzidos pela liderança da Diretoria do IAF, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

**ROSALVO SANT'ANA SOUZA FILHO**

Coordenador do Conselho de Representantes do IAF